

Apresentação

A revista TEMPUS – Actas em Saúde Coletiva apresenta um número temático coordenado pelo Editor convidado, professor Rafael Mota Pinheiro, sobre assistência farmacêutica. Seis anos depois da promulgação da Política Nacional de Assistência Farmacêutica (Resolução 338 do Conselho Nacional de Saúde em 6 de Maio de 2004), ainda não se concretizou uma verdadeira atenção farmacêutica integral e integrada. Constituindo o medicamento um dos recursos fundamentais (não sendo o único) e tendo sido a política do medicamento uma das áreas críticas da assistência à saúde no turbilhão das reformas e contra-reformas no campo da saúde, vale a pena se debruçar criticamente sobre o atual momento da assistência farmacêutica.

No processo da construção do Sistema Único de Saúde (SUS), duas questões podem ser abordadas com especial cuidado. A primeira, o vínculo entre a assistência farmacêutica e atenção básica. Há cerca de três anos foram criados os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), contemplando a inserção de outros atores institucionais de apoio à atenção básica, além dos profissionais das equipes da Estratégia de Saúde da Família (Portaria Nº 154, de 24 de Janeiro de 2008). Tal iniciativa contemplava a integração do profissional farmacêutico nos NASF. Acreditamos que é de primordial importância a implementação de ações de assistência farmacêutica neste nível de atenção, i.e., mais perto da comunidade, onde a auto-medicação é substituída por uma prescrição “assistida” e induzida por balconistas de farmácias em que o profissional farmacêutico apenas aparece no papel. Neste momento é vital divulgar experiências e avaliá-las criticamente para construir a evidência necessária para a adequação e melhora da assistência farmacêutica no nível da atenção básica. Isto levando em conta que concebemos o Sistema Único de Saúde como expressão de uma política pública fundamentada na atenção primária.

Um segundo campo de reflexão diz respeito à adesão aos tratamentos. Em trabalho realizado junto aos centros de referência para tratamento de HIV-Aids em 2007, um dos destaques no Distrito Federal foi o Hospital Universitário de Brasília (HUB), ligado à Universidade de Brasília (UnB). Na época, o mencionado centro assistencial terciário constituía um dos oito centros de referência

para tal propósito funcionando no DF e mostrava um dos melhores desempenhos na adesão ao tratamento antiretroviral dos seus pacientes. Dois fatores foram mencionados como diferenciais responsáveis por tais resultados. O primeiro era a presença do Grupo Convivência que realizava uma pré-consulta e atividades de apoio psicossocial junto aos pacientes. O segundo era constituído por uma consulta farmacêutica no momento da dispensação da medicação onde o paciente era escutado sobre sua experiência prévia com os medicamentos, caso existisse. Na ocasião, o paciente era informado sobre a melhor forma de realizar a tomada dos medicamentos, sobre efeitos colaterais, possíveis mudanças nos padrões de sono e humor, e aconselhado sobre alimentação, estratégias para lembrar a tomada dos medicamentos, entre outros aspectos. Tal atividade assistencial constituía a oportunidade de estreitar a comunicação entre o paciente e a equipe responsável pelos cuidados, além de possibilitar a comunicação em momentos diferentes da consulta quando outros profissionais não se encontram disponíveis.

Esta experiência constitui apenas um exemplo da tremenda importância das ações de atenção que concretizam uma política de assistência farmacêutica e que deveria estar presente em todos os níveis do sistema. Torna-se fundamental a contribuição ativa, integrada e humanizada dos distintos profissionais para melhorar a adesão aos tratamentos de diabetes, hipertensão arterial, tuberculose, hanseníase, HIV-Aids e outras doenças em que o vínculo com o serviço de saúde é essencial. Há evidência suficiente sobre a tremenda influência da organização do serviço de saúde sobre a adesão aos tratamentos.

Estas reflexões apenas ilustram a necessidade de revisitar este tema. A revista TEMPUS cria esta oportunidade mediante a edição deste número que almeja ampliar o espaço de práticas cidadãs em uma área crítica da construção do SUS.

Edgar Merchan Hamann
Universidade de Brasília (UnB)

Maria Fátima de Sousa
Universidade de Brasília (UnB)